

ENTREVISTA COM MARIA LUCIA FATTORELLI

Entrevistada:

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida¹, uma entidade sem fins lucrativos, aberta à participação de todas as entidades e aos cidadãos preocupados com o agravamento dos problemas nacionais, dentre os quais o endividamento público exerce papel preponderante.

Criada em 2001, após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, conta com o trabalho voluntário, a colaboração, o apoio e a participação de grande número de cidadãos e entidades da sociedade civil.

Entrevistadores:

Ângela Borges

Co-editora do CADERNOS DO CEAS,
Dra. em Ciências Sociais /UCSal

Joaci Cunha

Co-editor do CADERNOS DO CEAS,
Dr. em História, CEAS/UCSal

Informações do artigo

Recebido em 01/12/2017

Aceito em 03/12/2017

Resumo

A partir da deposição da presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff, o governo federal vem aplicando um programa radicalmente neoliberal, cuja gestão da economia está centrada no corte de gastos públicos não financeiros, justificado por uma crise fiscal que estaria associada, sobretudo, ao excesso de gastos com políticas sociais dos últimos governos, que teriam ultrapassado a capacidade de arrecadação da União. Neste sentido, um conjunto de reformas estruturais, que retiram direitos assegurados na Constituição de 1988, vem sendo impostas à população. As justificativas apresentadas para tais reformas têm sido largamente contestadas por economistas e políticos de oposição e a Auditoria Cidadã da Dívida tem se destacado neste debate, fundamentando seus argumentos com dados oficiais e estimativas neles baseadas sobre a composição dos gastos públicos e sobre os impactos da reforma da Constituição que congela os gastos não financeiros do governo federal durante 20 anos sobre as políticas sociais. Nesta entrevista, Maria Lucia Fattorelli responde a questões sobre a dívida pública brasileira e a sua gestão e alerta para as mudanças recentes voltadas para a securitização de créditos, as quais constituem um esquema financeiro com risco de aniquilamento das finanças públicas e comprometimento das futuras gerações.

Palavras-chave: Dívida pública; financeirização; ajuste fiscal.

CADERNOS DO CEAS: Juros e amortizações da dívida consumiram, em 2015, 42,4% do Orçamento Geral da União. Como se chegou a este grau de comprometimento do orçamento com despesas financeiras? Como e quando esta dívida foi formada e como ela tem evoluído?

Maria Lúcia Fattorelli: Esse grau de comprometimento de recursos não é de agora, mas vem se perpetuando ao longo de anos, desde o Plano Real, apesar de os sucessivos governos alegarem que a dívida se origina de um suposto excesso de gastos sociais (previdência, saúde, servidores públicos, etc.) e que seria necessário cortar gastos e direitos sociais para controlar o endividamento; na realidade, a dívida se origina, principalmente, da prática de juros abusivos, da ilegal incidência de juros sobre juros, da inconstitucional contabilização de juros como se fosse amortização, entre outros mecanismos que geram centenas de bilhões

¹ www.auditoriacidada.org.br/; www.facebook.com/auditoriacidada.pagina

de reais de “dívida pública”, sem contrapartida alguma, ao mesmo tempo em que transfere recursos ao sistema financeiro nacional e internacional.

De 1995 a 2015, a dívida interna explodiu de R\$ 86 bilhões para R\$ 4 trilhões, mesmo que tenha sido feito, no período, um superávit primário (diferença entre a arrecadação tributária e os gastos sociais) de cerca de R\$ 1 TRILHÃO. Portanto, não será cortando gastos sociais e fazendo reformas da previdência que se controlará o endividamento, pois a dívida cresce em função de uma dinâmica própria, impulsionada pelas maiores taxas de juros do mundo e por dívidas financeiras ilegítimas, que surgem a todo momento.

Cadernos: Quais são os principais atores envolvidos na gestão da dívida pública? Os parlamentares têm acesso às informações necessárias para o seu acompanhamento? Qual o grau de controle social dessa gestão?

Maria Lúcia Fattorelli: Os principais atores envolvidos são, principalmente, o Tesouro Nacional (que emite os títulos da dívida pública brasileira) e o Banco Central (que leiloa os títulos emitidos pelo Tesouro, define as taxas de juros “Selic” e realiza operações de política monetária que geram grande parte da dívida interna, tais como as Operações Compromissadas e os contratos de *Swap* cambial). Além destes, os grandes bancos e investidores influenciam diretamente no processo, pois, além de serem os privilegiados *dealers* autorizados pelo Banco Central a participar dos leilões de títulos, periodicamente são chamados a opinar sobre a taxa de juros e outras variáveis, que são consideradas pelo Banco Central na definição das taxas de juros.

Várias informações solicitadas por parlamentares não têm sido respondidas pelo governo, como pode ser verificado em recente resposta analisada pela Auditoria Cidadã da Dívida, disponível em: <https://goo.gl/r5MfyB>. O governo não divulga quem são os beneficiários dos juros da dívida pública, das operações compromissadas (que já alcançam R\$1,16 trilhão) ou dos contratos de swap cambial (considerados ilegais em representação feita por auditor do TCU nº 012.015/2003-0).

Cadernos: Então, todas as operações da dívida pública são consideradas sigilosas. Por que esconder quem ganha com a dívida? Como é possível que o destinatário de recursos públicos não seja revelado?

Maria Lúcia Fattorelli: Isso fere, frontalmente, o princípio da transparência, que deve reger todas as operações governamentais. Os juros, que são os maiores responsáveis pela multiplicação dessa dívida, gerada de forma ilegal e ilegítima, não possuem justificativa técnica, jurídica, política nem econômica. É um escandaloso privilégio que paralisa o país. O Banco Central tem praticado, historicamente, as taxas de juros mais elevadas do planeta e alega a necessidade dessas altas taxas sob a justificativa de controlar a inflação, o que é uma grande mentira.

A inflação, no Brasil, tem sido determinada, principalmente, pelos preços administrados pelo próprio governo, como energia elétrica e combustíveis, e pela elevação nos preços de alimentos, devido a erros de política agrícola. Tais fatores não guardam qualquer relação com o aumento da taxa de juros que somente servem para fazer a dívida explodir, aumentar os pagamentos de juros e amortizações para o setor financeiro, além de amarrar os investimentos necessários ao desenvolvimento socioeconômico do país. A responsabilidade do Banco Central na condução dessa política monetária suicida é enorme.

O controle social é, ainda, extremamente reduzido, devido ao sigilo das operações, ao fato de o Banco Central utilizar tabelas em *excel* e não um sistema eletrônico confiável para divulgação e gerenciamento de dados da dívida, e, adicionalmente, devido ao surgimento de contínuos novos mecanismos camuflados que geram dívida pública, como a recente “engenharia financeira” da securitização de créditos que estamos denunciando. Vale a pena acessar o relatório que preparamos em apoio à CPI da PBH Ativos S/A, disponível em <https://goo.gl/DyT28V>

A sociedade tem pago uma pesada conta que não lhe cabe. É urgente a realização da auditoria dessa chamada dívida pública, com a participação popular.

Cadernos: O que mudou com o governo Temer na gestão da dívida pública?

Maria Lúcia Fattorelli: Quando Temer assumiu o cargo de presidente interinamente, em maio de 2016, o estoque de títulos da dívida interna estava em R\$4,05 trilhões. Em outubro

de 2017, o referido estoque atingiu R\$4,95 trilhões, ou seja, em um ano e cinco meses, a dívida aumentou 900 bilhões de reais e, no período, além de os investimentos federais terem sido praticamente nulos, ocorreram privatizações significativas, cujo recurso destina-se, invariavelmente, para o pagamento da dívida pública.

A política econômica – regime de metas de inflação, corte de gastos sociais, privatizações, etc. - prosseguiu também sob o governo Temer, pois essa política é definida pelo FMI e tem sido obedecida pelos sucessivos governantes.

Temer inovou ao colocar o ajuste fiscal na Constituição Federal; algo inédito no mundo. Essa vergonhosa façanha foi alcançada com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece teto rebaixado, por 20 anos, para o conjunto das despesas primárias (que correspondem a todos os gastos sociais e de manutenção da máquina pública), a fim de que sobrem ainda mais recursos para o pagamento das despesas financeiras com a dívida pública, que ficaram fora do teto e sem limite algum. A política monetária suicida praticada pelo Banco Central fabricou a crise financeira em que nos encontramos e empurrou o país para a recessão (ver o artigo “O Que provocou a crise atual?” disponível em <https://goo.gl/HdgD1q>).

Devido a essa recessão, tem ocorrido uma queda na taxa de juros ultimamente. No entanto, devido à inflação baixa, provocada pela inanição da economia brasileira, as taxas de juros reais estão, na realidade, apresentando grande crescimento. Ou seja, permanece o privilégio ao setor financeiro, enquanto os gastos e direitos sociais têm sido atacados fortemente nesse governo Temer.

Cadernos: Comparativamente a outros países, qual a posição do Brasil quanto ao grau de comprometimento do orçamento público com a dívida?

Maria Lúcia Fattorelli: O Brasil tem praticado, historicamente, a maior taxa de juros do mundo, o que contribui para que quase metade do orçamento federal seja destinada para o pagamento de juros e amortizações. Mesmo que muitos países também destinem parcelas significativas de seu orçamento para o pagamento da dívida, e também pratiquem as políticas recomendadas pelos emprestadores, não se tem notícia de algum país que destine tamanho percentual de seu orçamento para o pagamento da dívida.

Cadernos: Existe alguma diferença notável no perfil da dívida brasileira e/ou na sua forma de gestão?

Maria Lúcia Fattorelli: Temos analisado a dívida pública em distintos países, especialmente no Equador e Grécia. Identificamos diversas semelhanças, o que nos permitiu criar o termo “Sistema da Dívida”, a fim de diferenciar o endividamento público regular do endividamento gerado por mecanismos financeiros sem contrapartida alguma, em benefício direto a bancos.

A grande diferença, notável no caso brasileiro, é o patamar dos juros, que são as mais altas taxas do mundo, sem explicação plausível. Além disso, os mecanismos praticados no Brasil, para gerar dívida sem contrapartida, alcançam patamares escandalosos, especialmente as Operações Compromissadas e os contratos de *Swap* cambial, que têm gerado prejuízos de centenas de bilhões de reais.

As chamadas Operações Compromissadas ou “Operações de Mercado Aberto” correspondem, na prática, à remuneração de toda a sobra de caixa dos bancos - atualmente em R\$ 1,16 TRILHÃO - que deveria ser direcionada para empréstimos a pessoas e empresas a juros baixos mas é absorvida pelo Banco Central, que entrega títulos da dívida aos bancos e os remunera diariamente às taxas de juros mais elevadas do mundo. Outros países utilizam esses instrumentos de política monetária, mas não da forma praticada pelo Banco Central do Brasil, e em patamar tão absurdo.

Cadernos: Tem-se dito que as políticas recentes, relacionadas à dívida brasileira, são semelhantes às que foram adotadas na Grécia. A securitização da dívida de estados e municípios é uma delas? Em linhas gerais, em que consiste essa securitização?

Maria Lúcia Fattorelli: O modelo de securitização de créditos em expansão no Brasil constitui a materialização da financeirização em sua forma mais violenta, ilegal e inescrupulosa, atingindo diversos entes federados – União, Estados e Municípios - com risco de aniquilamento das finanças públicas e comprometimento das futuras gerações.

Enquanto empresas como Eletrobrás, Casa da Moeda e joias como CEMIG, CEDAE, entre outras centenas de empresas estatais são privatizadas, novas “empresas estatais não

dependentes” estão sendo criadas para operar esquema financeiro fraudulento, a exemplo da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte e a CPSEC S/A em São Paulo.

Tais empresas servem de fachada para que o ente federado faça uma operação de crédito disfarçada, ilegal e extremamente onerosa, obtendo recursos no mercado financeiro graças à venda de derivativos financeiros com garantia pública - disfarçados de debêntures sênior – oferecidos ao mercado com esforços restritos, de tal forma que somente privilegiados é que têm acesso a esse negócio, sem o registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e remuneração exorbitante.

A elevada remuneração oferecida pela empresa está sendo paga com recursos arrecadados de contribuintes, e que sequer chegarão ao orçamento público, pois, ainda na rede bancária, estão sendo desviados para uma “conta vinculada” à empresa estatal criada para operar o esquema e, desta, sequestrados em favor dos privilegiados que adquiriram os derivativos.

No caso de Belo Horizonte, onde a Câmara Municipal realiza uma CPI sobre a PBH Ativos S/A, foi constatado que a garantia pública concedida a essa empresa foi superior a 440% do valor recebido: o município recebeu R\$200 milhões e se comprometeu com garantias no valor de R\$ 880 milhões, acrescido de atualização monetária (IPCA), e ainda paga remuneração adicional mensal sobre esse montante.

Em pouco mais de 3 (três) anos de funcionamento, essa perversa “engenharia financeira” possibilitou, inicialmente, a realização de uma operação de crédito disfarçada, que ingressou R\$ 200 milhões nos cofres do Município, porém, já provocou (1) uma perda efetiva ao Município de Belo Horizonte de cerca de R\$ 70 milhões²; (2) o desvio dos recursos correspondentes aos créditos cedidos arrecadados na rede bancária³, e (3) o sequestro de cerca de 50% desses recursos⁴ em favor do banco BTG Pactual S/A⁵, conforme quadro

² Diferença entre o valor dos créditos arrecadados (R\$ 531,45 milhões) e o valor repassado pela PBH ATIVOS S/A ao Município (R\$ 462,16 milhões).

³ Caso não tivesse sido implementada essa “engenharia financeira”, todo o valor arrecadado (R\$531,45 milhões) teria ingressado diretamente nos cofres públicos, mas foi desviado para Contas Vinculadas à PBH Ativos S/A.

⁴ Considerando que no valor de R\$ 462,16 milhões repassados pela PBH ATIVOS S/A ao Município está embutido o valor de R\$ 200 milhões referentes à operação de crédito correspondente à captação de recursos por meio da venda de debêntures sênior, constata-se que, do total de créditos tributários arrecadados no período (R\$ 531,45 milhões), apenas R\$ 262,16 milhões ingressaram nos cofres do Município de Belo Horizonte. A outra parte, no valor de R\$ 269,28 milhões, a maior parte (R\$ 259,96) é transferida para o Banco BTG Pactual, e o restante fica para a PBH Ativos S/A. Tais operações serão detalhadas em capítulos seguintes.

⁵ O BTG Pactual S/A, embora tenha sido o líder da operação de emissão de debêntures da PBH Ativos S/A, foi, também, o único comprador das mesmas.

comparativo das entradas e saídas de recursos na PBH ATIVOS S/A no período de abril/2014 a junho/2017, elaborado com base em dados recebidos pela CPI.

Tanto a operação de crédito como o seu pagamento são feitos de forma disfarçada pela emissão de debêntures sênior e subordinadas, que configuram uma forma de endividamento não autorizado, mascarados por esses derivativos financeiros. O dano ao Estado é imenso, com impactos atuais e futuros, conforme alertado, inclusive, por órgãos de controle (Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas da União), que têm se manifestado contrários a esse tipo de negócio. Ainda assim, ele se alastra e o ministro Henrique Meirelles está buscando implementá-lo também em âmbito federal⁶.

Essa “engenharia financeira” fere toda a legislação de finanças públicas do país, portanto, é ilegal. Porém, projetos em andamento no Congresso Nacional visam dar segurança jurídica a esse crime (PLS 204/2016, que tramita no Senado, e os projetos PLP 181/2015 e PL 3337/2015 da Câmara dos Deputados).

Cadernos: Quais as consequências das políticas acima referidas para os cidadãos, para a economia brasileira e para a democracia?

Maria Lúcia Fattorelli: Além de absorver, anualmente, quase a metade do orçamento federal e boa parte dos orçamentos estaduais e municipais, a chamada dívida pública tem sido a justificativa para contínuas contrarreformas, como a da Previdência; privatizações, e outras medidas de ajuste fiscal, como o aumento da desvinculação das receitas da União (DRU) e dos entes federados (DREM) para 30%, e a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu teto somente para as despesas primárias – por 20 anos! – para que sobrem mais recursos ainda para as despesas não primárias, que são justamente as despesas financeiras com a dívida.

Por tudo isso, a Auditoria Cidadã da Dívida insiste na reivindicação de uma completa auditoria dessa dívida, com a participação social, pois sequer sabemos para quem devemos, já que o nome dos detentores dos títulos da dívida pública brasileira é informação sigilosa!

⁶ <http://exame.abril.com.br/economia/meirelles-conversa-com-tcu-sobre-ideia-de-securitizacao-da-divida-ativa/>

Cadernos: O ex-ministro Joaquim Levy disse aos deputados, no governo Dilma, que as desonerações fiscais não ajudaram a gerar emprego e renda. Dilma também diz que se arrepende delas. Afinal, qual o sentido das desonerações fiscais? Em que medida uma reforma fiscal poderia ajudar o país a retomar o crescimento econômico com mais força e sustentabilidade?

Maria Lúcia Fattorelli: Teoricamente, desonerações fiscais são aplicadas para incentivar investimentos, ou seja, o Estado alivia a carga tributária e o setor beneficiado aplica aquele recurso em investimentos ou geração de empregos. No caso brasileiro, os setores beneficiados com a desoneração aumentaram seus lucros, distribuíram e/ou remeteram para o exterior com isenção e, ao contrário de gerar empregos, aumentaram o desemprego e aprofundaram a crise. Essa manobra foi mais um ingrediente para fabricar a crise e comprometer o financiamento da Seguridade Social, com o intuito de justificar a reforma da Previdência. Sob o ponto de vista social, a desoneração feita não tem o menor sentido, mas significou uma grande jogada do mercado.

O modelo tributário brasileiro é extremamente injusto e regressivo. A classe trabalhadora é pesadamente onerada com tributos sobre a renda do trabalho e sobre o consumo de todos os bens e serviços, inclusive os essenciais. Por outro lado, os muito ricos, que possuem capacidade contributiva, são aliviados por diversos privilégios tributários, como, por exemplo, a isenção de Imposto de Renda sobre os lucros distribuídos aos sócios, remessas ao exterior, isenção sobre os ganhos de estrangeiros com os altíssimos juros da dívida interna, entre vários outros absurdos, como, por exemplo, a falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição de 1988 mas nunca cobrado.

O equilíbrio do sistema tributário seria alcançado com a desoneração da classe trabalhadora e o aumento da incidência tributária sobre os lucros e ganhos financeiros excessivos, alcançando aqueles que possuem mais capacidade para contribuir para o financiamento do Estado.

Para induzir o crescimento econômico (com distribuição de renda), além de equilibrar a incidência tributária, outras políticas se fazem necessárias, como o aumento dos investimentos públicos em educação, saúde, transporte público, moradia, entre outros setores. Para isso, teremos que revogar a Emenda Constitucional 95/2016, pois esta impede o crescimento dos investimentos sociais, enquanto libera completamente os gastos com a questionável dívida pública. Caso contrário, não sairemos da vergonhosa posição de 79º. lugar no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) medido pela ONU.

A sociedade precisa acordar para o problema dessa chamada dívida que submete o nosso Brasil da abundância a esse inaceitável cenário de escassez.

Os Cadernos do CEAS agradecem a colaboração da Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli.

ABSTRACT

In light of the deposition of the elect president in 2014, Dilma Rouseff, the federal government has been applying a radically neoliberal program, of which the economic management is centered on the cut of the non financial budget cut, justified by a fiscal crisis that would be associated, especially to the excess of spending on social politics of the past government, that would have exceeded the capacity of the union collection. In this sense, a combination of structural reforms that withdraw insurance rights in the 1988 constitution, have been imposed on the population. The justifications presented for such reforms have been widely questioned by economists and opposition politicians, and the Citizen Audit of Debt has highlighted itself in this debate, basing its argument on official data and estimates within based on the composition of public spending and on the impacts of the constitution reforms that freezes the non financial spending of the federal government during the period of 20 years on social politics. In this interview, Maria Lucia Fatorelli answers the questions about the Brazilian public debt and its management and alerts for the recent changes on the procuring of credit, of which constitute a financial scheme with a risk of annihilation of public funds and compromise of future generations.

Keywords: Public debt; financialization; fiscal adjustment